

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA A ÁREA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E PATRIMÓNIO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Prova de Conhecimentos

Esta Prova de Conhecimentos é constituída por dois grupos:

Grupo I – Desenvolvimento

Grupo II – Escolha múltipla

As fotocópias dos Diários da República que poderá consultar, **não podem conter quaisquer anotações**. Os membros do júri presentes na sala irão, no decorrer da prova, verificar a legislação trazida pelos candidatos. A prova será imediatamente anulada aos candidatos que tenham na sua posse a legislação anotada.

Serão facultadas folhas para resolução da prova, as quais terão cabeçalho destacável, a fim de manter o anonimato das mesmas.

Durante a prova, em cima da mesa, apenas poderá ter o presente enunciado da prova, folhas de resolução da prova, a caneta, a legislação e o BI/CC.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos.

A prova terá uma escala de 0 a 20.

Boa sorte!

Grupo I (das 6 questões serão sorteadas 2)

Grupo I – Desenvolvimento

Para cada questão identifique a resposta mais completa ou a correta.

Cada questão tem um valor de 6 pontos.

Questão 1 – Uma entidade pretende convidar as empresas A, B e C para um procedimento por consulta prévia, para aquisição de computadores. À empresa A, entre fevereiro de 2022 e a presente data, foi-lhe adjudicado 60.000€ por consulta prévia e 16.000€ por ajuste direto. À empresa B, entre janeiro de 2022 e a presente data, foi-lhe adjudicado 80.000€ por concurso Público. À empresa C, no último ano, foi-lhe adjudicado duas consultas prévia no valor de 50.000€ e 30.000€. As empresas podem ser convidadas a apresentar proposta? Justifique.

Questão 2 – Num concurso de empreitada, o órgão competente para a decisão de contratar não fundamentou a não contratação por lotes. A realização do concurso teria de ser por lotes? Justifique.

Questão 3 - Numa consulta prévia realizada na plataforma eletrónica, apesar de terem sido convidados quatro concorrentes, apenas foi entregue uma proposta. Considerando que a proposta é válida, existe necessidade de relatório preliminar seguido de audiência prévia? Justifique.

Questão 4 - Na análise das propostas, de um concurso de três lotes, num dos lotes dois concorrentes ficaram empatados, pelo que terão de ir a sorteio, método escolhido de desempate. O que faria em relação aos outros dois lotes, ainda que exista mais do que um concorrente ao lote, existem condições de proposta de adjudicação?

Questão 5 - O contrato de uma empreitada foi iniciado dois meses após a adjudicação. Considera o procedimento correto? Justifique.

Questão 6 - O valor contratualizado para um determinado tipo de serviço (CPV- código vocabulário único) atingiu no último ano os 29.900€. A instituição pretende realizar um serviço, com o mesmo CPV, que tem o valor de 750 euros, poderá fazê-lo por ajuste direto em regime simplificado? Justifique.

Grupo II (das 24 questões serão sorteadas 8)

Grupo II – Escolha múltipla

Cada questão tem um valor de 1 ponto.

Questão 1

Quem tem competência para a fixação de propinas devidas pelos estudantes do IPL:

- a) Presidente do Instituto Politécnico;
- b) Conselho Geral;
- c) Conselho de Gestão;
- d) Reitor.

Questão 2

A unidades orgânicas do Instituto Politécnico de Lisboa encontram-se localizadas nos municípios:

- a) Lisboa, Setúbal e Porto;
- b) Lisboa e Amadora;
- c) Lisboa e Porto;
- d) Lisboa.

Questão 3

Os Institutos Politécnicos são dotados de:

- a) Autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar;
- b) Apenas por Autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
- c) Apenas por Autonomia estatutária, pedagógica, científica, financeira e patrimonial;
- d) Apenas por Autonomia pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

Questão 4

Quais são obrigatoriamente, os órgãos de gestão das unidades orgânicas do IPL?

- a) Presidente ou Diretor;
- b) Conselho Geral;
- c) Conselho Permanente;
- d) Conselho Académico.

Questão 5

O preço base estabelecido no Código da Contratação Pública, significa:

- a) O preço a pagar pela entidade adjudicante em resultado da proposta adjudicada;
- b) O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
- c) Valor máximo do benefício económico que em função do procedimento adotado pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 6

Qual dos seguintes não é um órgão de governo de existência obrigatória nos institutos politécnicos?

- a) Conselho geral;
- b) Reitor;
- c) Conselho de gestão;
- d) Presidente.

Questão 7

A realização de despesa deve obedecer:

- a) À economia, eficiência e eficácia;
- b) À conformidade legal;
- c) À regularidade financeira;
- d) Todas as anteriores.

Questão 8

Qual a ordem cronológica da despesa pública:

- a) Proposta de aquisição – cabimento – liquidação - autorização de pagamento - autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – pagamento;
- b) Proposta de aquisição – cabimento – autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – liquidação – autorização de pagamento – pagamento;
- c) Proposta de aquisição – cabimento – processamento – autorização de despesa – conferência – liquidação - compromisso – autorização de pagamento – pagamento;
- d) Proposta de aquisição – cabimento – autorização de pagamento – autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – pagamento – liquidação;

Questão 9

O Sistema de normalização contabilística-administração pública (SNC-AP), no seu artigo 17.º, não revoga o diploma:

- a) POCP;
- b) POC Educação;
- c) LCPA (Lei de compromissos e pagamentos em atraso);
- d) CIBE – Cadastro e Inventário de Bens do Estado.

Questão 10

O Sistema de normalização contabilística-administração pública (SNC-AP) é constituído por 3 subsistemas, qual dos seguintes não está considerado:

- a) Subsistema de contabilidade orçamental;
- b) Subsistema de contabilidade pública;
- c) Subsistema de contabilidade financeira;
- d) Subsistema de contabilidade de gestão.

Questão 11

O Código do Procedimento Administrativo contém um conjunto de princípios a que a Administração Pública se encontra sujeita na sua atuação, nomeadamente:

- a) Princípio da legalidade;

- b) Princípio da parcialidade;
- c) Princípio da colaboração com os funcionários;
- d) Princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses das entidades.

Questão 12

No âmbito do Código de Contratação Pública (CCP), os procedimentos não sujeitos à concorrência de mercado são:

- a) Ajuste direto e consulta prévia;
- b) Concurso Público;
- c) Concurso limitado por prévia qualificação;
- d) Todos os anteriores.

Questão 13

Num concurso de aquisição de bens e serviços, a lançar pelo Instituto Politecnico de Lisboa, será necessária a sua publicação internacional a partir do valor:

- a) 5.538.000,00€
- b) 143.000,00€
- c) 215.000,00€
- d) 221.000,00€

Questão 14

Em que tipo de procedimento se torna obrigatório o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DCEUP):

- a) Concurso limitado por prévia qualificação;
- b) Procedimento por negociação;
- c) Diálogo concorrencial;
- d) Concurso Público internacional.

Questão 15

A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) estabelece:

- a) As disposições gerais e comuns de enquadramento dos orçamentos e consta de todo o setor público administrativo (SPA);

- b) As regras e procedimentos relativos à organização, elaboração, apresentação, discussão, votação, alteração e execução do Orçamento de Estado, incluindo o da segurança social, e a correspondente fiscalização e responsabilidade orçamental;
- c) As regras relativas à organização, elaboração, apresentação, discussão e votação das contas do Estado, incluindo a da segurança social;
- d) Todas as anteriores são verdadeiras.

Questão 16

O Orçamento de Estado português é estruturado por:

- a) Programas que se desagregam em Medidas e estas concretizam-se através de Atividades;
- b) Programas que se desagregam em Atividades e estas concretizam-se através de Medidas;
- c) Atividades que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Medidas;
- d) Medidas que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Atividades.

Questão 17

A LEO - Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, na sua atual redação) refere que:

- a) O disposto na LEO prevalece sobre todas as normas que estabeleçam regimes orçamentais particulares que a contrariem;
- b) O RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) prevalece sobre a LEO;
- c) Ambas as opções anteriores são verdadeiras;
- d) Nenhuma das opções anteriores.

Questão 18

Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, na sua atual redação) consagra princípios orçamentais tais como:

- a) Unidade e universalidade;
- b) Estabilidade orçamental;
- c) Sustentabilidade das finanças públicas;
- d) Todas as opções anteriores são verdadeiras;

Questão 19

A acumulação de funções dos professores do ensino superior público em regime de tempo integral com funções docentes noutra estabelecimento de ensino superior pode ocorrer:

- a) A qualquer momento e sem necessidade de autorização desde que ocorra fora do horário de trabalho do docente
- b) A qualquer momento, desde que observado o limite máximo fixado pelo respetivo estatuto de carreira.
- c) A qualquer momento, desde que observado o limite máximo fixado pelo respetivo estatuto de carreira e não exista incompatibilidade de horários.
- d) A qualquer momento, desde que autorizada pela respetiva instituição e seja observado o limite máximo fixado pelo respetivo estatuto de carreira.

Questão 20

Qual o grau académico não conferido pelo ensino superior Politécnico:

- a) Licenciatura;
- b) Mestrado;
- c) Doutoramento;
- d) Pós Graduação.

Questão 21

O corpo docente das instituições de ensino politécnico deve obedecer, entre outras, às seguintes condições:

- a) Dispor, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na instituição, no mínimo de um detentor do título de especialista ou do grau de doutor por cada 30 estudantes;
- b) Dispor, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na instituição, no mínimo de um detentor do título de especialista ou do grau de doutor por cada 40 estudantes;
- c) Dispor, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na instituição, no mínimo de um detentor do grau de doutor por cada 30 estudantes;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 22

Os estatutos dos estabelecimentos de ensino superior politécnicos públicos podem ser revistos:

- a) Quatro anos após a data de publicação da última revisão;
- b) Em qualquer momento, por decisão do reitor em exercício efetivo de funções;

- c) Em qualquer momento, por decisão de um terço dos membros do conselho geral em exercício efetivo de funções;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 23

Uma das seguintes unidades orgânicas do IPL tem autonomia financeira, identifique-a:

- a) Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;
- b) Instituto Superior de Engenharia de Lisboa;
- c) Serviços da Presidência;
- d) Serviços de Acção Social.

Questão 24

Em que tipo de ensino superior se inclui o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)?

- a) Ensino Politécnico;
- b) Ensino Universitário;
- c) Ensino Especializado;
- d) Nenhuma das anteriores.

FIM